

CONJUNTURA ECONÔMICA E OS RISCOS PARA O TURISMO NO BRASIL

*Francisco José Gouveia de Castro**

Os dados da balança de pagamentos (BP), divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB), apontam para a retomada dos gastos dos brasileiros no exterior. Segundo a autoridade monetária nacional, os dispêndios efetuados pelos viajantes residentes, que incluem gastos com hospedagem, alimentação, compras e serviços, no exterior, somaram US\$ 1,5 bilhões, em março de 2017. Tal resultado alcançou um acréscimo de 26,8% comparado aos resultados de março de 2016, derivado principalmente da elevação de 18,5% nos gastos em viagem ao exterior. Por outro lado, as entradas monetárias, que representam os dispêndios de viajantes estrangeiros dentro do território brasileiro, somaram US\$ 650 milhões, no mesmo período. Na contabilização, em termos dos resultados do Balanço de Pagamentos, foi registrado déficit de US\$ 880 milhões nas transações da rubrica viagens, em transações correntes.

Os números apontados no balanço do BC, em parte, podem ser atribuídos ao movimento da taxa cambial no período, que passou por um movimento de desvalorização, entre 2016 e início de 2017. De fato, em março de 2016, a cotação média do dólar para a compra estava em R\$/US\$ 3,7 u.u., contra R\$/US\$ 3,12 u.u., em março de 2017.

Com esse resultado, observa-se que este ano a trajetória de apreciação da taxa de câmbio local chegou ao fim. Com o histórico ascendente terminado em meados de 2011, ocorreu a intensificação das intervenções cambiais, com o governo federal passando a atuar também no mercado de derivativos, o que ajudou a piorar a percepção de risco para o Brasil. Por outro lado, os demais países emergentes, de forma geral, continuavam a se beneficiar da farta liquidez proporcionada pelas políticas monetárias de países desenvolvidos.

O ápice da queda do real aconteceu em setembro de 2015, quando a moeda ultrapassou o patamar de R\$ 4,00 por dólar. Neste ano, o câmbio perdeu 33% de seu valor.

Nesse caso, a correlação entre a cotação cambial e as despesas no exterior é significativa, justificando a situação de déficit nas transações de serviços e viagens no BP brasileiro, o que não ocorre entre o câmbio e a receita de viagens. Cabe destacar ainda a elevada correlação positiva entre câmbio e poupança, o que significa que a elevação da taxa cambial eleva o aumento da poupança das famílias, como efeito do aumento do salário real.

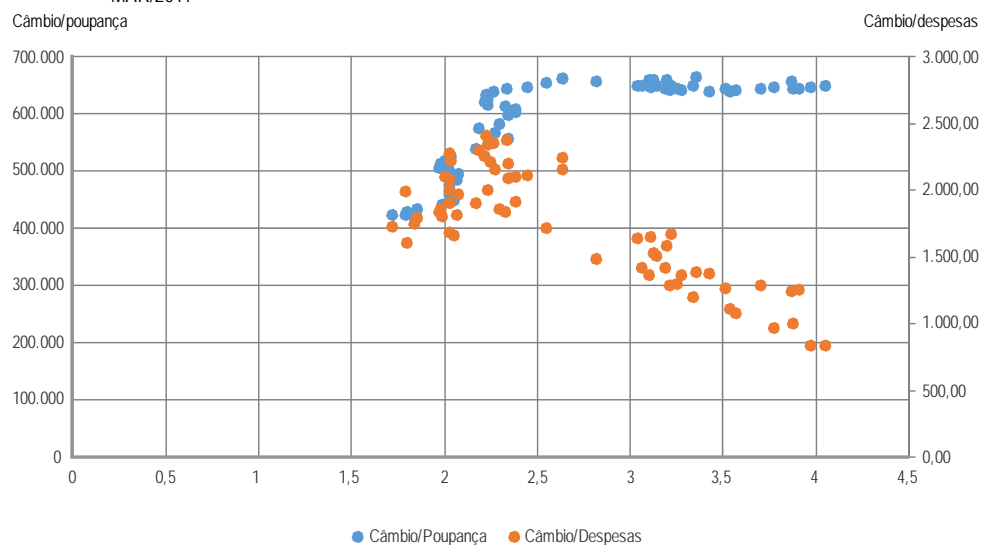
O aumento da confiança em relação à recuperação da economia, aliado ao dólar mais barato, levou as famílias a gastar mais em outros países. De fato, a relação entre a redução da poupança e o aumento das despesas no exterior corrobora a afirmação (gráfico 1).

A inflação em queda e contas externas ajustadas são os principais fatores para a avaliação positiva do BC e do mercado para a melhora das condições econômicas do país, justificando a redução da taxa SELIC. Como consequência, observa-se o comportamento descendente do endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses, que alcançou o patamar de 41,8% em fevereiro de 2017, ante 44,2% em fevereiro de 2016 e 46,2% em fevereiro de 2015.

Diante de um cenário de recuperação dos principais preços macroeconômicos, com a diminuição da inflação e redução das taxas de juros, é possível vaticinar um cenário favorável para o setor turístico voltado à demanda por viagens internacionais, uma vez que um aumento do rendimento, bem como o excedente gerado pela diminuição do ritmo do comprometimento da renda das famílias com dívidas, deverá impulsionar o setor.

* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

GRÁFICO 1 - DISPERSÃO - TAXA DE CÂMBIO, POUPANÇA E DESPESAS DE RESIDENTES NO EXTERIOR - OUT/2013 - MAR/2017



FONTE: Banco Central do Brasil
NOTA: Elaboração do IPARDES.

Quanto ao cenário de demanda interna por serviços de turismo, deverá permanecer estagnado no curto prazo devido à competitividade internacional e as altas taxas de desemprego no país, que alcançou o patamar de 13,7% no primeiro trimestre deste ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C).

Por outro lado, a mesma pesquisa registrou a estabilidade da massa de rendimento real habitual em R\$ 182,9 bilhões, no trimestre terminado em março de 2017. Tal resultado aponta para uma recuperação da demanda por serviços de turismo em médio e longo prazo.

O que se percebe, levando em conta a estrutura de consumo dos domicílios segundo as faixas de renda extraídas da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, é que a proporção da renda gasta com viagens é substancialmente maior nos extratos mais ricos da população, justificando assim o revigoramento das despesas no BP brasileiro.

Por certo, os gastos com lazer consolidam-se como excedente da renda disponível, uma vez que a população enquadrada na classe de rendimento de até R\$ 830,00 mensais compromete 28% de sua disponibilidade em alimentação e 80% nas necessidades de consumo básico (alimentação, habitação, vestuário, transporte e higiene pessoal). Já, a faixa com rendimento médio mensal acima de R\$ 10.357,00 compromete apenas 8,5% de sua renda com alimentação e 52,2% com consumo básico, exceto impostos. Tais observações permitem concluir que a disponibilidade do excedente da renda com viagens e turismo se dá nas faixas de renda mais altas (tabela 1).

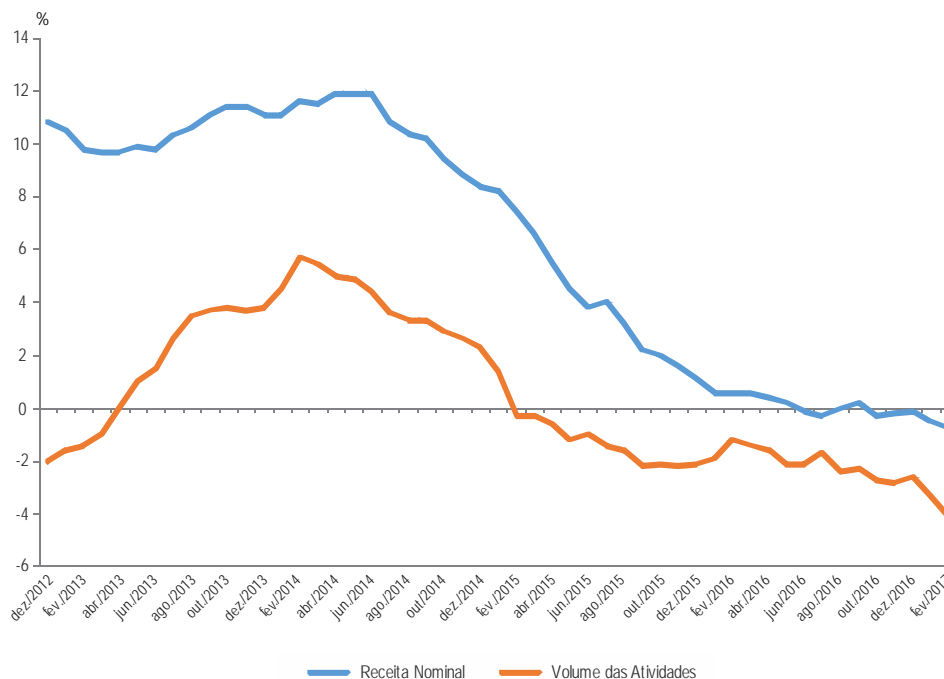
TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA MONETÁRIA E NÃO MONETÁRIA MÉDIA MENSAL FAMILIAR SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO E TIPO DE DESPESA - BRASIL - 2008

TIPOS DE DESPESA	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (%)							
	Total	Até 830 (R\$)	de 831 a 1.245 (R\$)	de 1.246 a 2.490 (R\$)	De 2.491 a 4.150 (R\$)	De 4.151 a 6.225 (R\$)	De 6.226 a 10.375 (R\$)	Mais de 10.375 (R\$)
Alimentação	16,1	27,8	24,8	20,9	16,7	13,7	11,7	8,5
Habitação	29,2	37,2	36,5	33,3	30,2	27,6	25,1	22,8
Transporte	16	9,7	11,1	13,7	16,6	17,5	19,8	17,7
Assistência à saúde	5,9	5,5	6	6,1	5,9	5,7	6,1	5,6
Impostos	4,6	1,4	1,4	2,1	3	4,3	6,1	10
Bens básicos	71,8	81,6	79,8	76,1	72,4	68,8	68,8	64,6
Outros	28,3	18,4	20,3	23,8	27,8	31,1	31,2	35,4

FONTE: IBGE - Pesquisa de Orçamento Familiar

Por outro lado, a queda do volume das atividades turísticas no Brasil, medida pelo Índice de Atividades Turísticas (IATUR) elaborado pelo IBGE, de 8,8%, em fevereiro de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, deriva das incertezas provocadas pelo cenário recessivo da economia e da crescente taxa de desemprego. No acumulado de doze meses, terminado em fevereiro de 2017, as atividades turísticas caíram 4,1%. A perda de dinamismo do setor se inicia no começo de 2014, alcançando patamar negativo em fevereiro de 2015, no caso do volume de atividades turísticas, e em junho de 2016, no caso da receita nominal do setor (gráfico 2).

GRAFICO 2 - ÍNDICE E VARIAÇÃO DA RECEITA NOMINAL E DO VOLUME DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NO BRASIL - DEZ 2012- FEV 2017



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços

Cabe lembrar que a opção de um câmbio mais favorável a viagens internacionais, e a demanda interna por serviços de turismo depender do excedente da renda das faixas mais vulneráveis às flutuações econômicas, explica que a dificuldade do setor de turismo interno tem se intensificado devido à crise econômica recente.

Além disso, a valorização cambial e os juros altos, por longos períodos, estimularam o crescimento exponencial dos gastos dos brasileiros no exterior, levando à perda de valor agregado em quase toda as cadeias produtivas, entre elas a do turismo, sem efeito positivo sobre as respectivas produtividades. Cumpre destacar que o aumento dos custos domésticos (salários reais e tributos) e o acirramento da concorrência mundial também contribuíram para comprimir a rentabilidade do setor turístico brasileiro.